

Periodicidade: Diária

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 14000

Temática: Justiça

Dimensão: 320 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 9



Justiça. Ministra desvaloriza impacto dos aumentos salariais dos juízes

Francisca Van Dunem disse ontem no Parlamento que o impacto financeiro será muito reduzido.

Na comissão parlamentar de direitos, liberdades e garantias, Francisca Van Dunem, ministra da Justiça, fez questão de explicar ontem que os aumentos salariais dos juízes não terão um impacto financeiro significativo. Além disso, o que vier a ser aprovado só terá de facto impacto no próximo Orçamento do Estado, ou seja, em 2020.

Em causa está a proposta do Governo para aumentar o subsídio de exclusividade dos magistrados de 775 euros para 875 euros. Este valor será integrado no salário-base, mas isento de IRS e, além disso, o suplemento salarial será pago em 14 meses, com direito a desconto para a Caixa Geral de Aposentações. A proposta está a ser criticada pela

oposição que salienta a possibilidade de os vencimentos poderem vir a ultrapassar o salário do primeiro-ministro.

A pergunta surgiu da direita, com o deputado do PSD Carlos Peixoto a lançar o mote: "Para uns (professores) quase nada, para outros (juízes) quase tudo. O Governo parece ter um poço sem fundo". Ontem, o deputado social-democrata foi mais longe e garantiu que esta é uma forma de o Governo conseguir

"comprar a paz dos juízes com uma solução aviltante para o cidadão comum".

Mas a resposta, essa chegou quase sempre justificada pelas decisões tomadas na altura da antecessora de Francisca Van Dunem, Paula Teixeira da Cruz. Primeiro, o subsídio já tinha sido prometido pelo Governo: "Foi estabelecido na altura um protocolo entre o Governo e os juízes que previa a revisão periódica deste subsídio. Como isso não sucedeu, os magistrados puseram uma ação em tribunal que ganharam em primeira instância", disse a ministra da Justiça. Depois, os subsídios não terão, segundo Francisca Van Dunem, efeitos retroativos. E, por último, o impacto financeiro é quase nulo, já que "serão cerca de 60 conselheiros [juízes do Supremo Tribunal de Justiça] e meia dúzia de desembargadores [juízes dos tribunais da Relação] e procuradores-gerais adjuntos", explicou Van Dunem.



Francisca Van Dunem